

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

GEORGE DA SILVA DE MELO
3º VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

DEMAIS DEPUTADOS

ANGELA ÁGUIDA PORTELLA

FRANCISCO MOZART

ODILON FILHO

AURELINA MEDEIROS

GABRIEL PICANÇO

OLENO MATOS

BRITO BEZERRA

JORGE EVERTON

SOLDADO SAMPAIO

CHICO GUERRA

LENIR RODRIGUES

VALDENIR FERREIRA

EVANGELISTA SIQUIERA

MECIAS DE JESUS

ZÉ GALETO

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação
- Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos
- Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde
- Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle
- Comissão de Defesa do Consumidor
- Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural
- Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias
- Comissão de Ética Parlamentar
- Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas
- Comissão de Indústria, Comércio e Turismo
- Comissão de Viação, Transportes e Obras
- Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

DAVID EUGENE REGO
Diagramação

Atos Administrativos

- Extrato do 1º Termo Aditivo - Processo n.º: 093/ALE/2013 02

Das Comissões

- Edital de Convocação nº 002/15 - Comissão Especial Externa 02

Atas Comissões

- Ata da Reunião da Comissão Especial Externa, realizada em 03 de fevereiro de 2015 02

- Ata da 4ª Reunião da Comissão Especial Externa, realizada em 09 de fevereiro de 2015 03

Recebidos do Executivo

- Mensagem Governamental para Abertura do Ano Legislativo 06

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED) em formato .doc, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO N.º: 093/ALE/2013

OBJETO: **PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/12/2015**

CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

CNPJ: **34.808.220/0001-68**

CONTRATADA: **D. PEREIRA DOS SANTOS EIRELI-ME**

CNPJ: **19.289.344/0001-90**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.0103101.2011/339039-101**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores**

DATA DA ASSINATURA: **30/12/2014**

VIGÊNCIA: **01/01/2015 a 31/12/2015**

PELA CONTRATANTE: **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

PELA CONTRATADA: **DANIEL PEREIRA DOS SANTOS**

Boa Vista-RR, 30 de dezembro de 2014

Niura Cardoso de Souza

Diretora Administrativa

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 006/2015.

Palácio Antônio Augusto Martins, 13 de fevereiro de 2015.

Edital de Convocação n.º 002/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, membros desta Comissão Especial Externa, Deputados: Izaias Maia, Presidente; George Melo, Vice-Presidente; Jânio Xingu, Relator; Angela Águida Portella, José Ribamar de Araújo Barbosa e Marcelo Cabral, Membros, para Reunião Extraordinária, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, no dia 24 de fevereiro do corrente ano, às 15 horas, onde, na oportunidade ouviremos a Senhora Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos, Secretária de Estado do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES, convocada para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades detectadas no Programa do Crédito Social. E, logo a seguir, às 16h, ouviremos também, o Auditor da Controladoria-Geral do Estado, Senhor Fernando Henrique de Souza Ferreira, reconvocato para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades detectadas no Programa do Crédito Social, bem como, as frequentes transferências de Crédito a terceiros sem avaliação prévia, que motivou as declarações consonantes em matéria veiculada no Jornal Folha de Boa Vista, do dia 11 de fevereiro do corrente.

Atenciosamente,

Izaias Maia

Presidente da Comissão.

ATAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 006/2015, REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dez horas e cinquenta e cinco minutos na sala de reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução n.º 006/15, conforme prevê o art. 43 do Regimento Interno, com a finalidade de acompanhar e analisar, junto ao Poder Executivo, possíveis irregularidades no Programa Assistencial/Crédito Social, durante o período de suspensão (noventa) dias do referido benefício, conforme definido no Decreto Governamental n.º 18.276-E, de 9 de janeiro de 2015. A Comissão é composta pelos senhores Parlamentares: Jânio Xingu; George Melo; Angela Águida Portella; Marcelo Cabral; José Ribamar de Araújo Barbosa e Izaias Maia. **ABERTURA:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Izaias Maia, ao declarar aberta a reunião, registrou a presença dos Senhores Deputados George Melo, Jânio Xingu, Angela Águida Portella e José Ribamar de Araújo Barbosa, e a ausência do Senhor Deputado Marcelo Cabral. Prosseguindo, solicitou que a Secretária procedesse à leitura da Ata da Reunião anterior. A requerimento da Senhora Deputada Angela Águida Portella, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição

de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. O Senhor Presidente registrou a presença do colega Deputado Naldo da Loteria. **EXPEDIENTE:** Definir metas de trabalho para esta Comissão. **ORDEM DO DIA:** Não Houve. O Senhor Presidente colocou a palavra à disposição dos Senhores Deputados presentes que quisessem fazer uso da mesma. **Senhor Deputado George Melo** - Propôs ao Senhor Presidente que fosse convocado o Coordenador do Tesouro da Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima - SEFAZ, para que possa esclarecer algumas informações e assim diminuir dúvidas sobre as possíveis irregularidades do Programa Crédito Social, e, na mesma linha de raciocínio, convocar outras pessoas que se façam necessárias. Na sua opinião do Parlamentar a primeira seria o Coordenador do Tesouro, pois tem informações imprescindíveis para fornecer. **Senhora Deputada Angela Águida Portella** - Em relação aos questionamentos sobre o Crédito Social, mesmo convocando o Chefe do Tesouro, acredita ela que a primeira pessoa a ser ouvida deveria ser a responsável pela Secretaria do Estado do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES, uma vez que a pasta gerencia o programa de governo em questão. Mesmo que o Chefe do Tesouro tenha informações, os Deputados precisariam saber quais foram os critérios. Assim sendo, teriam de ouvir primeiro a Secretária da SETRABES, para saber o que será feito com estes recursos durante o tempo de recadastramento, quantas pessoas pretendem continuar atendendo, se vai diminuir o número de pessoas. A Deputada sugeriu elencar algumas perguntas para entender melhor qual é o processo que estão adotando, para, em seguida, ouvir, quem sabe, até na mesma oportunidade, o Chefe do Tesouro. **Senhor Deputado George Melo** - Falou que a colega Angela Águida colocou com muita propriedade a questão, pois é necessário saber qual o motivo da suspensão do Vale; mas acredita que é muito mais importante, no momento, de conversar com a Secretária, ter informações, porque a Secretária não é responsável pelo pagamento, mas pelo programa. Citou a Ex -Primeira Dama Shéridan de Anchieta, que disse, quando estava à frente da SETRABES. “nós fazemos a programação, agora a questão orçamentária e financeira não, esta fica por conta da SEFAZ”. Por isso o Deputado acha importante ter informações, porque a Secretária não pode chegar aqui e falar o que quiser, se houver informações. O Parlamentar acredita ser imprescindível primeiro chamar o Coordenador da SEFAZ e depois com as informações em mãos, chamar a Secretária da SETRABES, responsável pela pasta. **Senhor Deputado Naldo da Loteria** - Declarou não fazer parte desta Comissão, mas, para colaborar, disse ser interessante a fala do Deputado George, mas que o objetivo da Comissão é dar uma satisfação à Sociedade e saber informações do motivo pelo qual estas pessoas deixaram de receber o benefício do Crédito Social. Inicialmente, para a Comissão, estas informações seriam de fundamental importância, as quais podem ser fornecidas pela SETRABES, porque é quem está fazendo o cadastramento, sabe qual o prazo deste cadastramento, quantas pessoas foram cadastradas, se vão ser incluídos novos beneficiários ou não. Então, inicialmente, a título de informação à Sociedade, e para mostrar o bom trabalho desta Comissão, é fundamental a questão do trabalho que o SETRABES irá fazer. A questão financeira, com a dificuldade que o Estado atravessa, viria futuramente. Quando Já houver o impacto do que vai ou não diminuir, chamar-se-á o Secretário de Finanças. **Senhor Deputado Jânio Xingu** - Na mesma linha do Deputado George, o Deputado Naldo acrescentou alguma coisa a fala da Deputada Angela e complementou dizendo que a Comissão é mesmo para dar esclarecimento à sociedade. Para ele, o que deve ser feito é buscar todas as informações possíveis na SETRABES e a Comissão acompanhar esta auditoria para ver se as pessoas realmente estão irregulares, ou se estão sendo retiradas de forma arbitrária, com o intuito de colocar outras pessoas para proteger, por benefícios de campanha, o que não é permitido. Procurar saber o que assegura a Lei, se o recurso deste Programa está assegurado no orçamento do Estado. Depois de toda esta programação a Comissão deveria se reunir e sugerir ao Governo do Estado, tornando público, por meio SEFAZ, que crie uma conta específica para depositar os 3(três) meses não pagos para, quando retornar o Programa, aquelas pessoas que estão regulares, a grande maioria, receberem retroativamente ao tempo que o Programa ficou parado. O Deputado acredita que a Comissão terá um respaldo maior da Sociedade se for por este caminho, e que a Comissão tem o papel de proteger a sociedade, acompanhando este processo para que não haja injustiças. **Senhora Deputada Angela Águida Portella** - Também sugeriu pedir a relação das pessoas que detectaram como irregulares. **O Senhor Presidente, Izaias Maia** - destacou que o objetivo da Assembleia, dos 24 Deputados, é zelar pela seriedade, transparência e honestidade. Não existe trabalho de perseguição a ninguém. O que a Assembleia e os Parlamentares buscam é a verdade e a transparência, porque envolve recursos do povo. **Senhor Deputado George Melo** - Disse que tão logo o Governo do Estado

divulgue a lista com os nomes de quem continuará recebendo o Crédito Social, a Assembleia Legislativa vai atender as pessoas que se sentirem lesadas pela exclusão do benefício. Senhor Deputado Jânio Xingú - Informou ter aqui o CHAME, com uma série de serviços, incluindo Assistente Social, onde pode-se utilizar e colocar a disposição do usuário do programa. Deu o seguinte exemplo: a Dona Maria acha que está sendo injustiçada, porque tinha uma placa do Chico Rodrigues na casa dela. Então, ela vem aqui, a nível de denúncia e a Comissão, Ouvidoria, recebem esta denúncia. Para fazer os confrontos e ver se ela está irregular ou não; se não, solicitar à Secretária inclusão no Programa novamente. Continuou afirmando ser esta Comissão importante e ter de ser tratada com seriedade, porque envolve as pessoas carentes do Estado. Prosseguindo, o Senhor Parlamentar reforçou a necessidade de a Comissão contar com uma sala para atender as pessoas, cujas situações seriam ouvidas e relatadas por Assistente Social, a fim de resolvê-las, de modo que se reconheça o trabalhador e eficiente da Comissão e da Assembleia. O Senhor Deputado sugeriu utilizar os serviços da Assistente Social do CHAME e da Assessoria Jurídica da Casa, para analisar as denúncias e corrigir possíveis injustiças. Dr. Marcus Gorbachev (Consultor Legislativo) - A título de informação e para subsidiar futuras entrevistas que os Parlamentares irão dar, disse ser interessante retirar um pouco a questão do viés político que estão dando. Informou que a nível Nacional o responsável pelos programas Assistenciais do Governo é o Instituto Nacional, de Seguridade Social - INSS, que seria o maior réu, o maior responsável por atolar a justiça federal, pois responde por 5,8 milhões de processos, 50 a 70% desses processos seriam motivados por fraudes quanto à concessão de auxílio doença. O Consultor informou que, mesmo com as fraudes, o Governo Federal nunca suspendeu os benefícios, pois muita gente seria prejudicada. Pediu que haja a mesma atitude no Governo Estadual. Esclareceu que, atualmente, a competência de auditoria desses recursos é da Receita Federal, ou seja, o Governo Federal montou uma força tarefa contra crimes previdenciários; envolveu a Receita e Polícia Federais, porque não pode suspender os benefícios, mesmo havendo fraudes. Dr. Marcus afirmou não ser possível eliminar as fraudes, pois envolve dinheiro. Por último, sugeriu que o relatório final da Comissão tenha um plano, a ser divulgado na imprensa, de combate à fraude nesse Programa Social. Senhora Deputada Angela Águida Portella - Disse ter sido muito interessante a colocação do Dr. Marcus, porque este ato da Secretária, na verdade seria ilegal, já que uma pessoa não pode pagar pelo erro de outrem. Segundo a Deputada, quando suspendeu o pagamento do Crédito Social a 50 mil famílias porque algumas estavam irregulares, estão sendo punidas muitas pessoas que não merecem, o que por si só, não justificaria a suspensão do pagamento. O Senhor Presidente Isaías Maia - prosseguindo, comunicou que ficou definido, portanto, a criação de um cronograma de trabalho, no qual deve-se: Solicitar os serviços da Assistente Social (CHAME), Assessor Jurídico, Contador; Disponibilização de uma sala com duas mesas, cadeiras e 01 computador com impressora, para que os técnicos solicitados pela Comissão possam ouvir as pessoas beneficiárias do Programa Assistencial Crédito Social; Buscar subsídios através do Diretor do Tesouro; Visita à Secretária da SETRABES amanhã, dia 04 de fevereiro, às 09 (nove) horas; Reunião para o dia 05 de fevereiro do corrente, às 09 (nove) horas, na qual será convocada a Coordenadora do Programa Assistencial/Crédito Social, Senhora Lunara da Silva Trajano, para prestar esclarecimentos sobre as possíveis irregularidades. Em tempo, o Senhor Presidente, convocou para o dia 05 de fevereiro do corrente, às 09 (nove) horas, reunião para ouvirmos a Coordenadora do Programa Assistencial/Crédito Social, Senhora Lunara da Silva Trajano, a fim da mesma, prestar esclarecimentos sobre as possíveis irregularidades existentes no Programa, a qual, será enviado ofício solicitando sua convocação. Encerramento: Às doze horas e quinze minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar, eu, Josiane Salete Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Isaías Maia
Presidente da Comissão.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 005/15, REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dez horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 005/15, com a finalidade de “acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde Estadual do Estado de Roraima”, sob a presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, com a presença da Vice-Presidente, Deputada Angela Águida Portella; Relator,

Deputado George Melo; Relator Adjunto, Deputado Izaías Maia; e ausência do senhor Deputado Zé Galeto. Abertura: Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, solicitou à secretária desta Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento da Senhora Deputada Angela Águida Portella, foi dispensada a leitura da mesma, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão. Expediente: Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Atendendo a Convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa o Senhor Alessandro Magalhães, representante Legal da Empresa VALE Serviços Terceirizados, para prestar informações quanto a rescisão do contrato da Empresa VALE serviços terceirizados pelo Governo do Estado de Roraima, que presta serviços de Limpeza e Manutenção ao Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, publicado no Jornal Folha de Boa Vista, edição do dia 06 de fevereiro de 2015, reportagem essa que se encontra aqui na mesa para apreciação dos senhores membros da Comissão. Solicito que seja conduzido ao plenário desta Comissão o senhor Alessandro Magalhães representante Legal da Empresa VALE serviços terceirizados. Bom dia, senhor Alessandro Magalhães, acompanhado de seu advogado Doutor Juliano, podem tomar assento, solicito que todos falem ao microfone tendo em vista que a ata desta reunião será transcrita na íntegra: Dando-lhe boas-vindas, informo que, conforme Regimento Interno desta Casa, as informações prestadas a esta comissão por vossa senhoria, são de sua inteira responsabilidade. Qualquer informação falsa, ou sua recusa em prestá-la, vossa senhoria poderá ser penalizado com o disposto na lei. Informo que V. Senhoria poderá consultar sua assessoria jurídica, passaremos as perguntas dos senhores deputados. Com a palavra, o senhor Relator Deputado George Melo, para fazer os questionamentos que achar necessários. O Senhor Relator Deputado George Melo – Bom dia a todos, informo que tem papel em cima da mesa se preferirem podem anotar as perguntas ou, respondendo de bate pronto, se preferirem. A primeira pergunta faço ao Doutor Juliano Pellegrini e ao Senhor Juliano, dono da Empresa VALE. Segundo o Diário Oficial, o contrato da VALE com o Governo do Estado foi rescindido. Gostaria de saber se esta rescisão de contrato foi amigável, se os senhores foram notificados de forma amigável como publicou o Diário Oficial? O Senhor Alessandro Magalhães – Bom dia todos, só para esclarecer, deputado quero dizer que o contrato que se encontra publicado no Diário Oficial onde a VALE teria com a Secretaria de Estado da Saúde se refere ao contrato que atende as unidades do interior do Estado e não o contrato que temos com o HMI, que foi vinculado no Jornal, para que fique esclarecida essa questão. Sobre o contrato que foi vinculado na Folha de Boa Vista, é da maternidade onde tenho 160 funcionários, pais de famílias. Quero deixar bem claro que estou aqui como empresário e ao mesmo tempo resguardando os direitos trabalhistas dos meus funcionários. O meu contrato com o HMI está vigente, consultei no Diário Oficial até 05/02/2015, não havia nenhuma publicação de rescisão de contrato com o HMI. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – O seu contrato esta vigente até quando senhor Alessandro? O Senhor Alessandro Magalhães – Esta vigente até 13/06/2015. O Senhor Relator Deputado George Melo – Gostaria de saber qual o número dos contratos do interior e do HMI? O Doutor Juliano Pellegrini – O contrato do HMI é 185/12 e possui dois termos aditivos e o segundo termo de aditivo tem vigência até o dia 13/06/2015 do interior não sei, mas posso lhe informar daqui a pouco. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Quanto tempo, o Governo está inadimplente com sua empresa? O Senhor Alessandro Magalhães – O Governo está desde novembro de dois mil e quatorze sem efetuar nenhum pagamento para empresa com relação a este contato. Na verdade a VALE dentro da estrutura da Secretaria de Saúde tem outros contratos que também estão inadimplentes. Hoje dentro da Secretaria de Estado da Saúde a VALE tem em torno de quatro milhões para receber da Secretaria de Estado da Saúde. O Senhor Relator Deputado George Melo – Em nenhum momento houve vontade por parte da Empresa que este contrato fosse rescindido? O Senhor Alessandro Magalhães – Em nenhum momento. O Senhor Relator Deputado George Melo – Gostaria que você externar como se sente, sendo surpreendido com a notícia de que seus funcionários estão com outro fardamento, trabalhando naquela unidade que é o HMI, para outra empresa conforme noticiário? O Senhor Alessandro Magalhães – Deputado, me sinto indignado por se tratar de uma empresa local, uma empresa Roraimense, que vem gerando empregos aos demais trabalhadores e, em contra partida, revoltado porque em nenhum momento fui notificado, e nem me foi dado o direito de defesa do contraditório, como empresário e como moro aqui há vinte e cinco anos, meus filhos são Roraimenses, não vou

embora deste Estado, continuarei aqui gerando empregos, seja na iniciativa privada, seja no setor público, estarei sempre ao lado do meu Estado. Como empresário me sinto indignado, até porque tem pais de famílias que dependem desse dinheiro para sobreviver, assim como eu que tenho demandas trabalhistas a serem honradas e cumpridas. Tenho muitas demandas trabalhistas em virtude da falta de pagamento e de muitos atrasos que vem ocorrendo, além da desvalorização do empresário local. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Houve uma sobreposição de contrato? O Senhor Alessandro Magalhães – Não foi bem uma sobreposição na verdade, foi um ato que no meu entendimento ..., se eu tenho um contrato vigente, Senhora deputada, tinha que ser primeiramente notificado, comunicado e ter uma legalidade na quebra de contrato e em nenhum momento foi me dado quebra de contraditório. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Sim, mas uma vez que apareceu outra empresa, houve sobreposição de contrato? O mesmo contrato com duas empresas? O Senhor Alessandro Magalhães – Não. Na realidade.. vou narra o que aconteceu, na realidade fiz uma ocorrência policial, tenho fotos, tenho testemunhas, aconteceu o seguinte: chegou na maternidade o pessoal da outra empresa, acompanhado de uma servidora da Secretaria de Estado da Saúde, dizendo que a partir daquele momento, a empresa VALE não prestava mais serviço para aquela unidade e reuniu todos os meus funcionários que até hoje são funcionários da VALE, tendo em vista que não dei baixa nas carteiras deles ainda. A ilegalidade começa por ai, não sabemos se houve um emergencial, uma licitação para aquela outra empresa entrar. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Nada justifica. O Senhor Alessandro Magalhães – Nada justifica a retirada da minha empresa, reuniram meus funcionários e disseram que a partir daquele momento teriam que tirar a camisa e vestir a camisa da outra empresa e que os funcionários iam ser absolvidos pela outra empresa. Ora! como iam ser absorvidos pela outra empresa se eu não dei baixa em suas carteiras, se o Governo do estado não me pagou para que eu pagasse suas rescisões? Os funcionários lá estão ilegais, tenho fotos vou protocolar nesta Comissão, as mesmas denúncias que protocolei no MPC, vou protocolar no Ministério Público do Trabalho e nesta Comissão. Acho que tem que ser apurado, somos empresários, não somos qualquer pessoa, geramos empregos. A parte de legalidade vai caber aos órgãos fiscalizadores tomarem providências, não cabe a mim, porque sou empresário e não tenho acesso pra tomar as providências. Então, deputada, atendendo a sua pergunta, dessa forma vejo que a empresa entrou sem nenhum contrato, acredito que sem nenhuma segurança jurídica, porque o meu contrato está vigente. Consultei no Diário Oficial no dia 05 de fevereiro de 2015, e lá não consta nenhuma publicação de rescisão amigável. Quero deixar bem claro, que não vou assinar nem uma rescisão amigável, pela forma que fui tratado. O senhor Deputado Izaías Maia – Empresário Alessandro e Senhor Luciano Advogado, houve por parte de sua empresa VALE a descontinuidade dos serviços? O Senhor Alessandro Magalhães – Em nenhum momento, o que houve foi uma paralisação, que fizemos, não me recordo o dia, mas posso passar depois, uma paralisação dos funcionários, não da empresa, onde eles reivindicavam seus salários. Uma paralisação que fui falar com o Secretário de Saúde e depois que sai de lá me dirigi à maternidade, fiz uma reunião com eles e disse que o Secretário teria se comprometido em me pagar o mês de outubro, para eu poder pagar o mês de dezembro para eles. A secretaria me pagou duzentos e oitenta e sete mil, líquidos do mês de outubro, o qual, eu já havia efetuado os pagamentos dos funcionários, eu não estava devendo o mês de outubro. Essa paralisação foi nessa gestão onde os funcionários pararam por duas ou três horas, onde houve esse transtorno, um hospital não pode ficar sem limpeza se quer um minuto. Minha empresa já está lá, há mais de dois anos, e se, hoje, eles quisessem permanecer com a empresa, iríamos assinar o terceiro termo aditivo. Nunca tivemos caso de infecção hospitalar. Não houve descontinuidade de serviço. Descontinuidade é quando você deixa de executar o serviço na sua totalidade. Entendo que houve uma paralisação com direito dos trabalhadores, houve intervalo onde ocasionou a denúncia que saiu na Folha de Boa Vista. Não tenho conhecimento do nome do denunciante, o qual disse que, a maternidade estava suja e não tinha limpeza. Na verdade foi isso que ocorreu. Em seguida fiz a reunião por volta de uma hora da tarde em seguida os funcionários voltaram para trabalhar, tenho testemunha, os próprios funcionários. Temos gravação dessa reunião, não houve descontinuidade do serviço, a secretaria de Estado da saúde deveria ter mais cautela e mais respeito com os funcionários. O senhor Deputado Izaías Maia – Senhor Alessandro, o senhor falou que tem 160 funcionários, todos foram absolvidos pela nova empresa? O Senhor Alessandro Magalhães – Não todos. Quero ressaltar que na minha empresa, não tenho distinção entre as pessoas. Tenho testemunha que nova empresa... uma senhora chegou, sexta-feira pela manhã, lá na minha empresa chorando e dizendo que tinha cinquenta anos de idade e não ia ser absorvida pela nova empresa. Quando

ganhei a licitação com o HMI eu absorvi essa senhora. Tem pessoas lá que tem cinco, dez anos. Tem pessoas da época... tem uma senhorinha lá que tem quinze anos dentro da maternidade. A pessoa chegar ao ponto de dizer que não vai absorver as pessoas porque tem cinquenta anos e nem as grávidas, acho que isso é um desrespeito. A senhora Presidente da Comissão Deputada Lenir Rodrigues – Senhor Alessandro, os funcionários de sua empresa usam uniformes? O Senhor Alessandro Magalhães – Todos usam uniformes. A senhora Presidente da Comissão Deputada Lenir Rodrigues – Como foi o procedimento de chegada dessa nova empresa? Qual é o nome dessa nova Empresa? O Doutor Juliano Pellegrini – União Comercio e Serviços Ltda. A senhora Presidente da Comissão Deputada Lenir Rodrigues – Como foi o procedimento dos encarregados dessa nova empresa ao chegar no Hospital Materno Infantil com relação aos seus funcionários que estavam uniformizados? O Senhor Alessandro Magalhães – Conforme meu encarregado Jaadson e demais presentes, em uma ligação que fiz para ele, me disse que uma funcionária da Secretaria de Saúde, juntamente com o representante da empresa União, fizeram uma reunião com os meus funcionários e disseram que a partir daquele momento estariam absorvendo os funcionários e que os mesmos tirassem a camisa da farda e vestissem a camisa da nova empresa. Tenho fotos, fiz uma ocorrência na polícia, fiz um documento comunicando ao Secretário da Saúde da retirada do meu material porque eles chegaram colocando o material deles e o uniforme deles. Não pude tirar meus funcionários até porque os funcionários foram coagidos, porque você fica ou estar desempregado, não é verdade? Na ansia de ficar, porque são pais de família e não ter seu sustento, eles aceitaram esse fato. Foi dessa forma que fizeram. Pediram para tirarem as camisas e vestirem s camisas deles. Inclusive na foto está a camisa deles com o meu fardamento, com a minha calça verde. Para os funcionários, para o empresário o constrangimento. Estamos na era da democracia, não estamos aqui na época do lampião, existem direitos e deveres não é? Não justifica eu ser tratado dessa forma, muito menos meus empregados e os pais de famílias que ali estão. Pessoas que tem mais de cinquenta anos que não vão poder mais trabalhar, pessoas que estão grávidas que eu vou ter que absorver até quando estas pessoas? E o transtorno e o Prejuízo que vai causar para mim, empresário, e pra esta senhora que esta grávida? Porque se eu não tenho mais contrato, como vou poder pagar essa senhora grávida? Me digam? Porque eu não posso por Lei demiti-la. Ela vai ter que continuar na minha empresa até ela ter neném e gozar a licença maternidade. E quem vai pagar o salario dessa senhora? A VALE? e onde vou tirar dinheiro se eu não tenho mais contrato com o Governo do Estado? A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Senhor Luciano Pellegrini, gostaria de saber que infração consiste nessa atitude, a que os servidores foram submetidos e o aviltamento com relação à Empresa? A senhora Presidente da comissão Deputada Lenir Rodrigues – O senhor se limite a responder às perguntas da senhora deputada, depois abrirei espaço para s considerações dos senhores. O Doutor Juliano Pellegrini – Não cabe à empresa imputar nenhuma prática de conduta delitiva ou de infração ao Governo do Estado. O que chama atenção com relação ao contrato n 185/12, que estava vigente até o dia 13/06/2015, a empresa União assumiu o serviço que ora eram prestados pela empresa VALE serviços terceirizados a mingua de que o Governo do estado, através da secretaria de Saúde, não notificou a Empresa, sobre falhas na prestação de serviços, não houve essa notificação. Dois, a empresa não foi notificada para apresentar sua defesa prévia a uma possível falha na prestação de serviços, não houve notificação de que este contrato ora vigente, havia sido rescindido, quer seja de forma unilateral. Também não houve essa notificação, no dia 04/02/2015, dia que a empresa União Comercio e Serviços Ltda se dirigiu ao Hospital Materno Infantil, foi acompanhada por uma servidora do quadro da saúde, senhora Claudete Silva Fraga e ela que comunicou aos funcionários que a partir daquele momento a Empresa União Comercio e Serviços Ltda estaria assumindo os serviços ora prestados pela Empresa VALE serviços terceirizados. Ouve esse apoio de um servidor público da Saúde com relação a essa ocupação no Hospital Materno Infantil. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Senhor Juliano sobre a natureza jurídica desse ato? O Doutor Juliano Pellegrini – Senhora deputada só para complementar, também não fomos notificados que houve um processo emergencial e que a Empresa união foi contratada devido esse processo emergencial. Então todas essas etapas legais que deveriam ter sido cumpridas, para que se chegasse nesse momento que a União chegou, não temos nenhum documento que nos notificassem a respeito desses atos. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – E esses atos todos, consistem em infração Legal? O Doutor Juliano Pellegrini – Em tese pode-se configurar fraude à licitação, prevaricação e ato de improbidade administrativa. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Isso que eu gostaria de saber e com relação aos funcionários terceirizados, existe alguma infração de atos de natureza judicial trabalhista em relação a eles?

O Doutor Juliano Pellegrini – Temos aqui uma figura híbrida. Esse contrato é muito peculiar pelo seguinte, trata-se de um contrato de prestação de serviço por empresa privada em um setor público. Se estivéssemos falando eminentemente do setor privado, teria havido uma sucessão de empresas, então a União seria responsável por todos os encargos trabalhistas decorrentes dessa sucessão empresarial. Como estamos na seara pública, tem que se verificar a aplicabilidade dele nessa situação. Os advogados que conheço que tem militado na área, já tenho pedido para incluir nessa situação relacionada ao HMI, também a Empresa União Comercio e Serviços Ltda no polo passivo da demanda, vez que se temos as carteiras dos funcionários da VALE não foram baixadas, então eles não podem ser contratados ou se quer aproveitados pela Empresa União Comercio e Serviços Ltda. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Com relação a atitude dessa empresa e da servidora, que configuração tem o constrangimento passado pelos funcionários? O Doutor Juliano Pellegrini – Pode ser considerado até um assédio moral e vale ressaltar que a Empresa VALE tomou todas as medidas cabíveis, registrou um boletim de ocorrência, no mesmo dia que houve essa ocupação pela empresa União, foi oficiado o Senhor Kalil, Secretário de Saúde, comunicando a retirada dos materiais. Vale acrescentar que a Empresa União assumiu os serviços sem possuir material necessário à realização dos serviços. Consideramos que houve um atropelo legal. Não estamos aqui para questionar a Lei e sim para cumprir a lei. Só que em relação a empresa VALE, não houve o cumprimento da Lei. Não fomos notificados por todos aqueles motivos que acabei de listar, por falha na prestação de serviços, não nos foi oportunizado o contaditório de ampla defesa, que é uma garantia Constitucional previsto no artigo quinto da Constituição Federal. Não fomos notificados que houve essa rescisão unilateral a respeito do contrato 185/12 que é o do HMI e não identificamos no Diário Oficial do Estado nenhuma publicação que houve a contratação da Empresa União Comercio e Serviços Ltda, é isso que nos causa estranheza, não estamos aqui para imputar prática de crime a ninguém e sim para que a Lei seja cumprida. Os maiores prejudicados são os trabalhadores porque a Empresa União assume o quadro de funcionários da VALE. Como fica a situação trabalhista dele com relação a essa nova empresa? O Senhor Deputado Izaias Maia – Baseado no que disse o Doutor Juliano e o empresário Alessandro e sei que a presidência da Comissão Deputada Lenir, bem como os que estão aqui irão fazer essa pergunta, quero me adiantar. Dentro dos parâmetros da Lei sabemos que as empresas são Legais, gostaria que da forma que exige a Lei, fosse levado ao conhecimento não só dessa Casa, como da sociedade a legalidade da nova empresa que assumiu esse trabalho, com documentação, com o contrato, com tudo que exige a Lei. Queria sugerir à presidência da Comissão, bem como aos demais pares da Assembleia essa providência. O Doutor Juliano Pellegrini – Gostaria de acrescentar que protocolamos denuncia no Ministério Público Estadual à respeito da situação, temendo, tendo em vista que se trata de prestação de serviço contínuo e qualquer precariedade na prestação desses serviços, podemos estar diante de um quadro de calamidade pública, de infecções. Há pouco tempo atrás, tivemos mortes decorrentes da má prestação de serviço nessa área que diz respeito à limpeza, protocolamos também a denuncia no Ministério Público de Contas para que tudo isso seja apurado. A Lei deve ser obedecida, principalmente pelos nossos governantes. É isso que a Empresa almeja. Essa mesma denuncia vamos protocolar aqui perante a presidência da Comissão Especial Externa, Presidente Lenir Rodrigues, com o mesmo teor, para que a Assembleia, na qualidade de órgão fiscalizador dos serviços públicos do Governo e gestão, também apure e se constatar alguma irregularidade, encaminhe suas constatações aos órgãos competentes para apurar. A Senhora Presidente Lenir Rodrigues – Gostaria de fazer, duas perguntas: entre os órgãos de controle aos quais os senhores fizeram a comunicação, não ouvimos se foi comunicado ao Tribunal de Contas do Estado. O Doutor Juliano Pellegrini – Ainda não, fizemos ao Ministério Público de Contas, entendemos que uma vez identificado irregularidade pelo Ministério Público de Contas, ele ajuizará perante o Tribunal de Contas do Estado, a medida Judicial cabível, seria um desdobramento natural de nossa denúncia perante o Ministério Público de Contas. A Senhora Presidente Lenir Rodrigues – A Empresa já protocolou alguma medida judicial? O Doutor Juliano Pellegrini – Não ainda. Não protocolamos. Nosso primeiro cuidado foi denunciar e comunicar aos órgãos fiscalizadores a situação, mas estamos preparando o expediente também. Quero aproveitar o franqueamento da palavra para complementar a pergunta do nobre Deputado George Melo, com relação aos contratos do Interior. Me foi enviados os números e gostaria de repassar. Os contratos de limpeza do interior é de número 295/12, coperagem 165/13 e telefonista de número 074/14. Esses foram rescindidos de maneira amigável. O de número 185/12 não, que é o que gerou toda essa situação, que agora estamos reportando perante a nobre Comissão Especial. A Senhora Presidente da Comissão Deputada Lenir Rodrigues - Quero

registrar a presença do Deputado Estadual Jânio Xingú, segundo Vice-Presidente desta casa e dizer que é uma honra tê-lo em nossa Comissão nesse momento. Com a palavra o Senhor deputado Relator, George Melo - Gostaria de saber do Senhor Alessandro de quanto é a dívida do Estado com sua empresa? E a segunda pergunta ao Doutor Juliano Pellegrini, o senhor que milita na área do direito e trabalha para empresas, como Vossa Senhoria avalia a legalidade dessa situação? Gostaria que fosse bem claro para ajudar na nossa análise. O Senhor Alessandro Magalhães – Dentro da Estrutura do Governo do Estado, os contratos da VALE, na Secretaria de Saúde a VALE tem em torno de quatro milhões para receber. Não sei exatamente o valor, quatro milhões e meio, quase cinco milhões de todos os contratos que foram citados, e na Secretaria de Educação onde atendi as copeiras nas escolas, devo ter em torno de um milhão e meio aproximadamente, exclusivamente no HMI. Tenho Um milhão e cento e oitenta mil, para receber. Juntando tudo na estrutura do Governo do Estado, porque tinha contrato na SETRABS tenho contrato na Secretaria de Educação vigente, que atende copeiras do interior. Quero deixar claro que esta vigente até oito de agosto de dois mil e quinze, do qual desde julho, se não me engano, a VALE não recebe um centavo, juntando tudo dá em torno de sete milhões que a VALE tem para receber do Governo do Estado. O Doutor Juliano Pellegrini – Deputado George Melo, respondendo sua pergunta, na qualidade de advogado não posso adentrar no mérito de julgar, como listei a pouco para senhora deputada Angela. O que nos chama atenção é que o trâmite administrativo legal previsto para esse tipo de situação não foi seguido A empresa não foi notificada por falha na prestação de serviço, não foi notificada para apresentar a defesa prévia em relação a possível falha na prestação de serviço que pudesse resultar em uma medida drástica, que é essa rescisão unilateral do contrato. A empresa não foi notificada, também, da rescisão unilateral deste contrato ora vigente e não se tem notícia se foi a Empresa União Comercio e Serviços Ltda, que agora presta os serviços de limpeza no HMI, se a mesma possui um contrato devidamente assinado e vigente. Esses são os aspectos. O mérito dessas situações quem vai analisar é o Ministério Público de Contas Estadual e se identificar e apurar ilegalidades, caberá a eles ingressarem com as ações pertinentes para apurar uma possível prática de ilícitos. Na qualidade de advogado só posso identificar esses pontos que deveriam ter sido respeitados, até porque trata-se de uma cláusula da Constituição Federal, que não foi respeitada. É esse o aspecto legal que nós trazemos para conhecimento dos nobres deputados.. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – Nobre Presidente, estou muito preocupada com o que estou ouvindo, lembro que em outro dia a senhora nos falou que teve seus três filhos na Maternidade Nossa Senhora de Nazareth – HMI e lembro também que anos atrás houve uma grande mortalidade na maternidade, por conta de uma super bactéria, morreram mais de dez bebês em um espaço curto de tempo. Lembramos dessa história triste, como mãe e como cidadã, me ocorre a questão de quem esta respondendo neste momento por qualquer situação que acontecer nessa falha de prestação de serviços, uma vez que os servidores da empresa VALE foram de forma constrangedora, obrigados a receber um fardamento de uma outra empresa, que se quer firmou um contrato e como foi declarado aqui, se quer tinham os inssímos necessários para prestação de serviços. Então qual é a Empresa? Quem responderá de forma legal por esta prestação de serviços? E de que forma a população está sendo exposta a riscos diante dessa atitude? Só devemos nos preocupar com as questões empresariais? A meu ver essa não é uma questão só empresarial, e sim de corresponsabilidade nos desdobramentos dessa situação, que pode inclusive ser um desdobramento na ordem de saúde pública. O Doutor Juliano Pellegrini – Quero acrescentar que a empresa VALE, juntamente com as denúncias vai fornecer uma lista com os nomes dos funcionários, caso essa douta Comissão entenda por bem convocá-los para serem ouvidos. Essa situação retratada poderá ser comprovada perante os senhores, basta eleger alguns nomes, chamá-los para uma oitiva e os senhores poderão constatar o que estamos relatando, que eram do quadro da empresa VALE e hoje são do quadro da União Comercio e Serviços Ltda. A Senhora Deputada Angela Águida Portella – gostaria senhor relator que constasse no seu relatório essa nossa preocupação. A Senhora Presidente Lenir Rodrigues: Defiro seu pedido e pergunto aos senhores deputados se ainda há mais alguma pergunta e ao senhor Alessandro Magalhães Representante Legal da empresa VALE se tem algo mais que gostaria de declarar? O Senhor Alessandro Magalhães – Diante da fala da Deputada quero deixar registrado que a preocupação da senhora deputada Angela, nos deixa preocupados em tomar certos cuidados se é a VALE que vai ser responsável pela maternidade ou se é a atual empresa, tendo em vista que até o presente momento quem tem contrato com o Estado, já que não foi rescindido, é a Empresa VALE e não a Empresa que está ali. Perante a lei e ao que dizem, no meu modo de ver não cabe nenhuma situação de emergência até porque a Empresa VALE tem um contrato com o Governo do Estado. Então não se trata de emergência. A

responsabilidade sobre aquelas pessoas que ali estão ainda é da empresa VALE, porque tem carteiras assinadas e um contrato vigente. O Senhor Relator Deputado George Melo – Os senhores estão impedidos de adentrar e continuar os trabalhos? O Senhor Alessandro Magalhães – Pedi para uma funcionária entrar e pegar meu material permanente e teve uma servidora da maternidade que chamou os seguranças para colocar minha funcionária para fora. O nome da minha funcionária é Adriana e o nome da servidora da maternidade eu não me recordo. Houve esse fato, tenho testemunha. Para mim, senhora deputada, seguindo sua fala, é preocupante porque tenho um contrato com a Secretaria e tem meus funcionários que ainda não dei baixa. E sem contar que, legalmente, para meus funcionários vai ser um prejuízo, porque eles abandonaram a empresa, porque a partir do momento que você veste a camisa de outra empresa, legalmente, seguindo o rigor da lei eles vão ser prejudicados, estou aqui não só pensando empresarialmente, como também resguardar os direitos dos meus funcionários. A partir do momento que resguardo os direitos deles, estou resguardando o meu direito. O senhor Deputado Izaias Maia – Prezado Alessandro, o seu material está onde? O Senhor Alessandro Magalhães – sobre o material, comuniquei ao Secretário de Saúde, no mesmo dia, que estava retirando meu material e fiz uma exposição de motivos, porque estava retirando meu material e fiz uma ocorrência policial. O senhor Deputado Izaias Maia – Conseguiu retirar seu material? O Senhor Alessandro Magalhães – Consegui. O material se encontra em meu depósito, mas com muito rigor por parte das pessoas que ali estavam recebendo ordens. A Senhora Presidente Lenir Rodrigues: Então, não havendo mais nada a tratar agradecemos suas presenças. Embora as questões trabalhistas, morais ajudem a esclarecer os fatos, o que estamos apurando é legalidade ou não dos atos administrativos, que possam atingir ou não o interesse público que é a prestação de serviços de limpeza e manutenção do Hospital Materno Infantil Nossa senhora de Nazareth – HMI. Agradecemos a riqueza de detalhes mas na verdade queremos primar pela legalidade dos atos administrativos que nos asseguram essa prestação do serviço público de qualidade para a população. Agradecemos a presença dos senhores, peço que os senhores deputados da comissão permaneçam após a reunião, para deliberarmos sobre o cronograma de atividades ainda nessa reunião. O Doutor Juliano Pellegrini - Senhora presidente se me permite complementar, sobre a legalidade queria citar o artigo 50 da Lei 9784 de 99 que diz que os Atos administrativos deverão ser motivados com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções. A motivação deve ser explícita, clara e congruente podendo consistir em declaração de concordância com fundamento de pareceres anteriores em formações, decisões ou propostas que neste caso serão partes integrantes do ato. Muito Obrigado. A Senhora Presidente, deputada Lenir Rodrigues – Nós que agradecemos. **ENCERRAMENTO:** A Senhora Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às onze horas e dez minutos. E, para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

RECEBIDOS DO EXECUTIVO

MENSAGEM GOVERNAMENTAL PARA ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Servidores Públicos de todos os Poderes do Estado, povo de Roraima.

Estamos começando o mandato que nos foi confiado pela população de Roraima com a certeza de que trabalharemos incansavelmente para realizar um bom governo. Vamos fazer uma revolução em todas as áreas para melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Os desafios são grandes e estão por toda parte. Assumimos um Governo em situação de caos na Saúde, no Sistema Prisional e na Educação, com dívida deixada pelo governo anterior de aproximadamente R\$ 2 bilhões, que tira todos os meses da receita do Estado quase R\$ 20 milhões, dinheiro este que poderia ser investido em prestação de serviços públicos.

Em respeito aos servidores, nós pagamos, em apenas 1 mês e 11 dias, duas folhas salariais, a de janeiro de 2015, que era de nossa responsabilidade, e a de dezembro de 2014, que foi deixada pelo governo anterior em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e que comprometeu a capacidade financeira do Estado para este ano.

Nos primeiros 50 dias, adotamos ações para cumprir as prioridades na Saúde, na Educação e no Sistema Prisional, declaradas aqui nesta Casa no dia da nossa posse.

Os avanços já começam a ser percebidos, como veremos no detalhamento de cada setor ao longo deste resumo do plano de ação do novo Governo para 2015.

Neste período, também demonstramos o respeito aos demais poderes. Em Janeiro, apesar da dívida deixada pelo governo anterior e de termos encontrado apenas R\$ 91 mil na conta única do Estado, repassamos o duodécimo integral, algo que não era feito desde junho de 2014. Este mês faremos o repasse integral amanhã, dia 20 de fevereiro.

Temos um longo caminho pela frente. Precisamos reorganizar o Estado e colocar em prática todo o planejamento traçado para o período de 2015 a 2018. É fundamental que o Legislativo seja parceiro do Executivo, sem interferências partidárias, mantendo uma relação harmônica e independente, focada em bem servir aos interesses Institucionais do Estado e da população.

Em 2014, conforme estimativa do IBGE, já somávamos 496.936 habitantes. É para essas pessoas que devemos exercer nosso mandato. Queremos, de mãos dadas com os demais poderes, com a sociedade civil organizada, com os servidores públicos e com o povo de Roraima, reerguer o nosso Estado, tornando-o uma referência para o Brasil e orgulho para quem nasceu aqui e para quem escolheu esta terra para viver.

Um dos nossos desafios imediatos é aprovarmos o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Estamos finalizando o projeto e esperamos enviá-lo o quanto antes para apreciação de Vossas Excelências. Também analisamos este ano o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2016 a 2019. São dois instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento de Roraima.

Temos que implementar, num curto espaço de tempo, políticas públicas que gerem emprego e renda. Desde 2011, segundo dados do Ministério do Trabalho, verifica-se queda na geração de emprego no Estado. Vamos reverter este cenário com ações de qualificação de trabalhadores, com incentivo à indústria, à agroindústria e à agricultura familiar. Já estamos realizando melhorias no Distrito Industrial para adequar a infraestrutura e permitir a instalação de novas empresas.

Assim, senhoras Deputadas e senhores Deputados, legítimos representantes do povo roraimense, damos hoje mais um passo no caminho para tornarmos Roraima um Estado próspero e com justiça social. Desejamos que o Legislativo tenha alto desempenho em 2015 e que possa estar ao lado do Executivo na construção de dias melhores para o nosso povo.

Suely Campos

Governadora de Roraima

O Poder **Legislativo**
trabalhando para VOCÊ

16 mil alunos contemplados

Entretenimento e cultura na formação do jovem roraimense

CINE ALE CIDADANIA

ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA À Força do Povo